

## Legislação aplicável

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, republicado pelo

## AVISO

### **Encerramento administrativo de um estabelecimento de apoio social sem denominação sito na Av. Nossa Senhora da Esperança 234 B-Fontanelas 2705-606 São João das Lampas**

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, ordenou o encerramento administrativo imediato de um estabelecimento de apoio social sem denominação, com as seguintes características:

- exerce a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a propriedade de Maria da Graça Veiga Alves Cavaleiro e de Sandra Filipa de Carvalho Ferreira;
- está instalado em Av. Nossa Senhora da Esperança 234 B-Fontanelas, 2705-606 São João das Lampas.

*artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março*

*artigo 40.º, n.º 1, alínea b), e n.º 3, do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março*

#### **Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes**

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento através da Deliberação n.º 221/2018, de 22 de novembro de 2018, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

*artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março*

#### **Consequências do incumprimento da deliberação**

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

*artigo 348.º, alínea b), do Código Penal*



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

CONSELHO DIRETIVO

**Este aviso deve estar afixado durante 30 dias**

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Lisboa, 22 de novembro de 2018

*artigo 40.º, n.º 3, do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março  
artigos 347.º e 357.º do  
Código Penal*

Rui Fiolhais  
Presidente